



SECRETARIA MUNICIPAL DE

SAÚDE

PMSPA / SESAU

PROC. Nº 12067/23

PAG 113

TERMO DE REFERÊNCIA**1. DA INTRODUÇÃO:**

O presente **TERMO DE REFERÊNCIA** foi elaborado em acordo com as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e estabelece os requisitos básicos para orientar os procedimentos administrativos, visando à abertura de procedimento administrativo destinado à contratação de Laboratório Médico Veterinário para realização de exames clínicos e diagnósticos veterinários junto à Unidade Móvel de Castração (Castramóvel) do Município de São Pedro da Aldeia/RJ, conforme características e quantitativos indicados neste Termo de Referência.

Cumpre salientar que esta contratação encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações de 2024 (PAC 2024), conforme item 125 do referido PAC sob a descrição "Contratação de instituições para realização de exames clínicos e diagnósticos veterinários para atendimento do setor de Apoio a Zoonoses".

2. DO OBJETO:

O presente **TERMO DE REFERÊNCIA** visa à abertura de procedimento administrativo destinado à contratação de laboratório médico veterinário para realização de **exames clínicos e diagnósticos veterinários**, em atendimentos de rotina ou de urgência/emergência em animais oriundos das ações realizadas pelo Setor de Apoio a Zoonoses desta Secretaria, junto a Unidade Móvel de Castração (Castramóvel) do Município de São Pedro da Aldeia/RJ, visando a fase de pré-cirurgia dos animais do Programa de Controle de Natalidade de Cães e Gatos, conforme características e quantitativos indicados neste Termo de Referência.

Pretende-se que a presente contratação se dê por meio de Pregão Eletrônico, para fins de Registro de Preços, com critério de julgamento menor preço global, com quantitativo previsto para atendimento desta Secretaria pelo período de 12 (doze) meses.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A estimativa para os serviços pretendidos foi realizada com base no cronograma do Programa de Controle de Natalidade de Cães e Gatos proposto pelo Setor de Apoio a Zoonoses da Secretaria de Saúde do Município de São Pedro da Aldeia/RJ, conforme quantitativos abaixo:

ITEM	PRODUTO	UND.	QTD./MÊS	QTD./ANO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	HEMOGRAMA	SERV	160	1920	18,00	34.560,00
2	HEMOGRAMA + PESQUISA DE HEMOCITOZOÁRIOS	SERV	160	1920	20,00	38.400,00



SECRETARIA MUNICIPAL DE
SAÚDE

3	HEMOGRAMA + PESQUISA DE MICROFILÁRIAS	SERV	160	1920	22,00	42.240,00
4	HEMOGRAMA + PESQUISA DE MICROFILÁRIAS + BIOQUÍMICAS (CREATININA + ALT)	SERV	160	1920	32,00	61.440,00
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$176.640,00 (cento e setenta e seis mil seiscentos e quarenta reais)						

4. DA JUSTIFICATIVA:

A Secretaria Municipal de Saúde vem trabalhando de forma racional e persistente a obtenção do melhor emprego de seus recursos, visando atingir a eficácia e eficiência de suas ações. Sendo assim a contratação do objeto do presente TR se faz fundamental, pois visa diminuir os riscos de complicações e óbitos de animais no período de transição e pós cirúrgico, sendo as ações de castração de cães e gatos questão de saúde pública.

Assim, tendo em vista que é dever do estado providenciar todo e qualquer suporte a vida e saúde dos pacientes tutelados sob sua responsabilidade, os munícipes de São Pedro da Aldeia são de responsabilidade, e prioridade, da Secretaria Municipal de Saúde, tornando tal contratação imperiosa para manutenção de uma saúde pública de qualidade.

O critério de julgamento a ser utilizado na presente contratação deverá ser o menor preço global, uma vez que não se demonstra vantagem no parcelamento do objeto pretendido, tanto em razão da logística de serviços, caso cada exame fosse realizado em um laboratório diferente, dificultando gravemente a fiscalização e a execução do contrato, quanto no aspecto financeiro, uma vez que a proposta por preço global, além de se tornar mais atrativa aos prestadores de serviço, garante maior economia de escala, permitindo que os proponentes apresentem maiores descontos.

5. DO VALOR ESTIMADO

O valor inicial estimado para a presente contratação é de R\$176.640,00 (cento e setenta e seis mil seiscentos e quarenta reais), conforme se verifica através das pesquisas de mercado constantes nos autos do processo em epígrafe.

6. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:

Os instrumentos oriundos deste Termo de Referência terão vigência inicial de 12 (doze) meses, sendo a ARP contado da data de sua assinatura e o contrato a partir do recebimento da primeira **ORDEM DE SERVIÇO** emitida pelo Contratante.

Os prazos de vigência poderão ser aditados na forma do artigo 105 e seguintes, para fins de contrato e do artigo



84, para fins de Ata de Registro de Preços, ambos da Lei 14.133/2021.

7. DOS REQUISITOS PARA SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO

Para habilitar-se à prestação dos serviços objeto da presente contratação, a empresa deverá comprovar capacidade técnica, através da juntada dos seguintes documentos:

- a) **ALVARÁ EMITIDO PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL** com autorização para pleno funcionamento do estabelecimento;
- b) **CERTIDÃO DE REGISTRO OU INSCRIÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO** no Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV);
- c) **CERTIDÃO DE REGISTRO OU INSCRIÇÃO DA LICITANTE** no Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV).

A Licitante deverá, ainda, passar por vistoria da pelo Setor de Apoio a Zoonoses da Secretaria Municipal de Saúde, com a finalidade de verificar a estrutura do laboratório, ocasião em que será emitido laudo de avaliação atestando as condições para execução dos serviços.

8. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A empresa contratada deverá realizar a coleta de material na Unidade Móvel de Castração do Município, onde quer que ela esteja funcionando, a fim de possibilitar maior facilidade no deslocamento dos animais, sendo previamente indicado ao Contratado o dia e local de mobilização da referida Unidade;

Os exames laboratoriais serão realizados na sede ou filial da empresa contratada, devendo ser emitido laudo contendo o resultado do exame em até 48 (quarenta e oito) horas após a realização deste, podendo ser disponibilizado por meio físico ou eletrônico.

O laboratório contratado deverá disponibilizar recursos humanos especializados para prestação dos serviços, nestes compreendidos pessoal técnico, operacional e administrativo, em número suficiente para desenvolver todas as atividades previstas, observadas as normas vigentes de vigilância sanitária e de saúde do trabalhador;

A empresa será responsável por fornecer todo o material necessário à realização dos procedimentos, tais como, mas não se limitando a:

- a) Equipamentos, insumos e instrumentais;
- b) Equipamentos de tecnologia, informação e comunicação;
- c) Equipamentos de Proteção Individual (EPI's);

Os serviços de realização de exames laboratoriais de análises clínicas veterinária compreenderão fundamentalmente, por parte da Contratada:



- a) Coleta e transporte das amostras;
- b) Processamento e resultados de todos os exames laboratoriais de análises clínicas;
- c) Entrega dos laudos em papel e/ou por meio eletrônico.

A execução do objeto contratado deverá ser efetuada com observância aos requisitos de qualidade e segurança, em conformidade com as condições constantes no edital e em seus anexos, além de obedecer às normas e padrões da ABNT e INMETRO, atender às normas de segurança e medicina do trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego e, quando for o caso, às legislações específicas das Agências Reguladoras, do Ministério da Saúde, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Vigilância Sanitária e demais normas e legislações vigentes, pertinentes à prestação de serviços em tela;

Os animais selecionados pelo Setor de Apoio a Zoonoses deverão estar na Unidade Móvel de Castração no dia e horário previamente agendado pelo setor responsável, onde será realizada a coleta do material para análise pelo laboratório contratado;

O laboratório contratado será responsável pela coleta e transporte do material, bem como pela emissão do resultado, que poderá ser entregue por meio eletrônico ou impresso;

O Contratado deverá efetuar a destinação final dos resíduos gerados decorrente da execução dos serviços, conforme normas e legislação pertinentes ao assunto;

Os serviços contratados serão prestados na forma, dia, horário e local dispostos na Ordem de Serviço, estas que serão emitidas conforme as necessidades desta Secretaria Municipal de Saúde;

Os serviços prestados pela Contratada serão conferidos pelo órgão requisitante, que verificará sua conformidade, no que diz respeito à quantidade, qualidade, bem como demais especificações constantes neste Termo de Referência;

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante da Secretaria Municipal de Saúde especificamente designado para tal.

Os serviços prestados deverão ser acompanhados das competentes notas fiscais, em três vias, bem como cópia do empenho, discriminação dos objetos de acordo com empenho e os dados bancários para pagamento: BANCO/AGENCIA/CONTA CORRENTE;

Nas notas fiscais deverá constar o número do contrato e/ou da Nota de Empenho, o serviço, o valor unitário, a quantidade, o valor total, e a informação de que os serviços serão prestados em favor da Secretaria Municipal de Saúde;

A Contratada, quando não cumprir os prazos e parâmetros estipulados para prestação do serviço objeto da licitação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes; e de impedimento de sua execução, por fato ou ato de terceiros, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência; sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

A Contratada obriga-se a:

- a) Prestar o serviço objeto deste de acordo com os padrões de qualidade aceitáveis, e em conformidade com as especificações exigidas e constantes neste Termo de Referência, bem como com as propostas apresentadas;
- b) Executar o contrato na forma estabelecida por este termo de referência;
- c) Colocar à disposição da Secretaria Municipal de Saúde – SESAU, todas as informações acerca da prestação dos serviços, inclusive com elaboração de laudo, quando solicitado;
- d) Disponibilizar os materiais e equipamentos necessários à prestação dos serviços, bem como por todo e qualquer medicamento imprescindível para a realização do procedimento, sempre atentando para os materiais e medicamentos adequados de forma a preservar o bem-estar do animal;
- e) Manter em seu quadro de colaboradores, além dos médicos veterinários, cirurgiões e anestesistas especializados na área, devidamente inscritos no Conselho Regional de Medicina Veterinária - CRMV competente;
- f) Apresentar os seus profissionais devidamente uniformizados, providos dos equipamentos de Proteção Individual - EPI's, obedecendo aos parâmetros da Norma Regulamentadora;
- g) Manter devidamente arquivados os prontuários e outros documentos dos animais atendidos e, de imediato, quando solicitado, apresentá-los à Secretaria do Ambiente para o acompanhamento da execução do contrato, bem como fornecer demais informações acerca dos procedimentos realizados.
- h) Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do serviço;
- i) Manter durante o período de execução do fornecimento contratado as condições de regularidade junto ao INSS, FGTS, e a Fazenda Federal, Fazenda Estadual, e Fazenda Municipal, apresentando os respectivos comprovantes, inclusive GFIP com informações do tomador de serviço, GPS e GRF mensais conforme disposto na IN RFB nº 971/09, bem como as condições de qualificação exigidas na licitação;
- j) Informar à Secretaria Municipal de Saúde – SESAU, eventual alteração de sua razão social, de seu controle acionário ou de mudança de sua diretora ou de seu estatuto, enviando cópia autenticada da certidão da Junta comercial ou do cartório de registro civil das pessoas jurídicas.
- k) Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões até o limite fixado no artigo 125 da Lei nº 14.133/2021;
- l) Responsabilizar-se, em qualquer caso, por danos e prejuízos de qualquer natureza causados por seus empregados ao MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA/RJ, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, respondendo por si e seus eventuais subcontratados, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade, à fiscalização ou acompanhamento da CONTRATANTE, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990).
- m) Submeter-se à Fiscalização da CONTRATANTE para fiel consecução do objeto deste contrato;
- n) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência.
- o) Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.



10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

A Contrante obriga-se a:

- a) Requisitar a prestação dos serviços, na forma prevista neste Termo de Referência;
- b) Exigir do contratado o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação;
- c) Efetuar o pagamento por ordem de serviço executada;
- d) Verificar a manutenção das condições de habilitação da empresa contratada;
- e) Aplicar penalidades ao prestador de serviços, por descumprimento contratual;

11. VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CUMPRIMENTO DO CONTRATO:

Para fins de verificação da conformidade, o objeto entregue será recebido na forma que segue:

- a) **Provisoriamente** — no ato da prestação dos serviços pela Contratada, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações constantes no Termo de Referência.
- b) **Definitivamente** — no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, para verificação da qualidade dos serviços executados, com consequente aceitação, na hipótese de não haver qualquer irregularidade, o que não exime a Contratada de reparar eventuais irregularidades constatadas posteriormente.

12. DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS

Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

13. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Deixa de ser indicado neste momento a dotação pela qual correrá a referida despesa por se tratar de contratação visando a elaboração de Ata de Registro de Preços.

14. DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO:

Os pagamentos serão efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, observado o disposto nos arts. 140 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, em 30 (trinta) dias após a verificação definitiva do cumprimento do contrato, desde que não haja fator impeditivo por parte da contratada.

O pagamento será efetuado através de ordem bancária, devendo a contratada identificar na nota fiscal o nome



da Empresa, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser realizado o depósito.

Por ocasião da apresentação da nota fiscal, a contratada deverá anexar a cópia da CND obtido junto ao INSS, bem como do DRF, obtido perante o FGTS (CEF), dentro dos seus respectivos prazos de validade. A não apresentação dos documentos citados implicará na retenção do pagamento.

Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com os pagamentos pendentes, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer documento, por culpa do prestador de serviços, o prazo de 30 (trinta) dias começará a ser contado a partir da data da respectiva reapresentação.

O recolhimento de impostos e contribuições municipais será realizado pelo contratante no momento do pagamento da nota fiscal/fatura onde será abatido o imposto e/ou contribuição devida, conforme determinação da Secretaria Municipal de Fazenda. Assim, deve a contratada ao emitir a nota fiscal/fatura, apresentar a alíquota e o valor a serem recolhidos.

15. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

A fiscalização da execução do objeto contratado caberá a comissão designada por ato da Secretária Municipal de Saúde. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.



Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

Demais atos de gestão e fiscalização do contrato deverão observar as normas municipais pertinentes e, na ausência destas, a normativa federal.

16. DAS PENALIDADES:

Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, o contratante poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas no art. 156 Lei nº 14.133/2021:

- (a) Advertência;
- (b) Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou saldo não atendido do Contrato;
- (c) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA;
- (d) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- (e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

A aplicação das sanções previstas nas alíneas "b" e "c" observará os seguintes parâmetros:

- 0,1% (um décimo por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de fornecimento com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, atraindo a aplicação da multa prevista na alínea "c", sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de



SECRETARIA MUNICIPAL DE

SAÚDE

RESPA / SESAU

PROC. Nº

13064/23

PAG

117

atraso no fornecimento por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inadimplência parcial da obrigação assumida;

- 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inadimplência total da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA; e

- 0,1% (um décimo por cento) do valor do Contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato. (QUANDO FOR O CASO)

- As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

As sanções previstas nas alíneas "a", "d" e "e" do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas alíneas "b" e "c", e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

São Pedro da Aldeia, 09 de julho de 2024,

Elaborado por:

Felipe Valentim de Oliveira

Assessor II

Mat. 43.069

Geraldo Lopes Vieira

Secretário Adjunto de Saúde

Mat. 37.879

APROVADO POR:

Maria Márcia Sampaio Fontes

Secretária Municipal de Saúde

Mat. 37.877